

Assim é demais

Paulo Brossard

Numa das últimas vezes em que compareceu à CPI do Mensalão, nada menos que o financeiro Marcos Valério afirmou que desde Rui Barbosa havia práticas análogas às investigadas pelo Congresso Nacional. Nada mais inverídico, pois a verdade é que não havia precedente a respeito da prática que escandalizara a Nação. Nunca se vira coisa parecida. E, embora Rui tenha sido homem público sistematicamente negado, difamado e hostilizado pela politicagem, jamais lhe foi atribuída coisa semelhante, seja nos 14 meses em que foi ministro da Fazenda no Governo Provisório, seja nos restantes anos de existência, e a despeito de sua contínua participação na vida pública nacional.

Não obstante, o jornalista Luís Nassif, autor de muitos artigos que tenho apreciado desde muito, aproveitou a deixa para voltar a tema de sua predileção, dizendo que, "talvez sem querer", Valério "tocou em um nervo exposto da historiografia nacional: Rui Barbosa, 'o Águia de Haia' (sic)". E, depois de se permitir afirmar que Rui "fez negociatas com a banca inglesa", terminou artigo estampado na Folha de S.Paulo de domingo, 30 de outubro, intitulado O brasileiro do século (B4), aludindo a discurso de estudante baiano que teria dito "mesmo morto viverás ainda", aduzindo que "vive até na memória remota de Valério e nas lembranças que as CPIs permitem evocar".

É evidente que, pelo fato de Rui, 80 anos depois de morto, continuar lembrado, especialmente nas grandes crises nacionais, o jornalista não tem por que ser afeiçoado à sua memória, mas, com as devidas vênias, se desmandou ao associar o nome do insigne brasileiro com a lepra que vem sendo investigada pelas CPIs. A inspiração do jornalista é o livro de Magalhães Júnior Rui, o Homem e o Mito, como revelou em dois de seus artigos. Li esse livro logo que apareceu, em 1965, e não tive boa impressão dele - eram várias as incorreções, e as citações de Rui, sem precisar o tempo e o lugar, de modo a comprometer o seu alcance. Depois disso, Osvaldo Orico e Salomão Jorge, em livros específicos, contestaram capítulo por capítulo o libelo acusatório. Também o professor Soares de Melo, do Largo de São Francisco, dedicou ao tema outra minuciosa análise, assim como Américo Jacobina Lacombe, profundo conhecedor da vida e da obra de Rui, sem falar em número especial da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo e muitos artigos de pessoas dotas. Assim não

pensa, porém, o jornalista, que, em artigo anterior, classificou o livro de obra clássica.

Tenho para mim que Rui está a pagar os excessos de sua formidável capacidade de trabalho. Basta dizer que a Casa que leva seu nome, integrante do Ministério da Cultura, publicou 140 tomos de suas obras, e ainda estão impublicados 30 volumes, se não mais. Ora, não são muitas as pessoas que podem ler mais de uma centena de volumes de porte sobre os mais variados temas, do direito, à política, literatura, pedagogia, etc., de modo que um livro que se apresentava como sério, a revelar o homem de letras e o homem de Estado, vinha a calhar. Dispensava a leitura de muitas dezenas de milhares de páginas escritas em mais de meio século de intensa e variada vida intelectual e pública.

A mostrar a relatividade das opiniões, num artigo de palmo e meio, com toda a sua reconhecida competência, o jornalista também comete seus equívocos. Mencionando medida do último ministro da Fazenda do Império, o Visconde de Ouro Preto, diz que ela tinha "um beneficiário claro, Conselheiro Saraiva, dono do Banco Nacional". Ora, o Conselheiro Saraiva foi diplomata, presidente de Província, deputado, senador, presidente do Conselho de Ministros, promoveu a reforma da eleição direta, era dono de engenho na Bahia, mas não se sabia que fosse dono do Banco Nacional, nem protegido de Ouro Preto.

Mais adiante, informa que Rui, "anos depois, foi indicado pelo Barão de Mauá para representar o país em uma conferência internacional", onde votou contra a proposta argentina de Drago, a respeito da cobrança de dívidas públicas. Seguindo a orientação do governo brasileiro, transmitida pelo Barão do Rio Branco, na sessão de 23 de julho de 1907, Rui examinou as várias faces da tese, concluindo no sentido de sujeitar a exigência do credor a prévio arbitramento... De resto, Mauá morrera em 1889 e a Conferência de Haia ocorreu em 1907.

Isto mostra que as informações colhidas pelo jornalista na "obra clássica" não são as mais seguras. O mais grave, porém, é apontar Rui Barbosa como fazedor de negociatas (sic) a ponto de ser lembrado pela revelação do lodo revolvido pelas CPIs... quando os mais insignes brasileiros, inclusive adversários, que conviveram com Rui, invariavelmente, guardaram dele lembranças de respeito e admiração por sua correção e seus serviços ao País em mais de meio século.

Recordo o episódio em que o deputado Germano Hasslocher anunciara discurso áspero contra Rui. Pinheiro Machado vai à casa do amigo e lhe diz: "Não vais fazer nada disso. Quem te fala não é o amigo, nem o chefe - é o brasileiro. Tu não tens sido mais alvejado pela paixão do Rui do que eu, mas não temos outro Rui, para apedrejarmos o único que temos. Se tirarmos o Rui do altar, quem poremos nele? Ao contrário, tu vais, em nosso nome, terminar com um hino ao Rui, que está dando um grande exemplo de coragem e civismo." Comovido, o deputado gaúcho fez o que Pinheiro lhe pedira.

Fico a pensar no que escreveu o Padre Vieira, faz mais de 300 anos: a quem muito se amasse, antes seria de desejar "um grande delito que um grande merecimento. Um grande crime muitas vezes achou piedade, a um grande merecimento nunca lhe faltou a inveja".

Paulo Brossard, jurista, foi senador (PMDB-RS), consultor-geral da República e ministro da Justiça